



FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O FECHO DAS CONTAS

Atendendo que os Municípios receberam os esclarecimentos à Nota Explicativa no âmbito da Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM a 23 de abril de 2015;

Atendendo que os Documentos de Prestação de Contas de 2014 foram aprovados pelo Órgão Executivo a 09-04-2015;

Atendendo ser impossível efetuar o reconhecimento contabilístico no ano 2014, decorrente da conclusão dos procedimentos de encerramento de contas, o lançamento contabilístico a débito da conta 4122 – Investimentos Financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e a crédito da conta 268126 – Devedores e credores diversos – Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal, no valor de 849.276,45€, foi efetuado a 23 de abril de 2015, conforme anexo.

No que concerne à relevância deste passivo para a dívida, o mesmo é excluído do apuramento da mesma no ano 2015 por via do Orçamento de Estado para 2015.

Esclarecimento à Nota Explicativa no âmbito da Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo ainda regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art. 17º, n.º 1, do RJRFM).

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização do capital será efetuada em **7 anos, com início em 2015**, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro. Para os municípios, as unidades de participação consubstanciam um ativo e investimento financeiros.

Ao nível da contabilidade patrimonial, na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, do valor a subscrever para o FAM, os municípios devem reconhecer, ainda em 2014, no passivo, o respetivo montante total.

Para o efeito, o valor referido deverá ser debitado numa subconta da conta 412 por contrapartida do crédito numa subconta de conta 268, para as quais foram indicadas, respetivamente, as seguintes designações: **4122 – Investimentos financeiros – Obrigações e Títulos de Participação – Fundo de Apoio Municipal e 268126 – Devedores e credores diversos - Credores das Administrações Públicas – Fundo de Apoio Municipal.**

O Orçamento do Estado para 2015 prevê que o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. **Não obstante, uma vez que a obrigação do reconhecimento do passivo ocorre em 2014, com a comunicação do montante a subscrever, e considerando ainda que a dívida total a 1 de janeiro de 2015 corresponde à dívida total a 31 de dezembro de 2014, esclarece-se que o montante subscrito no ano 2014, por razões de comparabilidade, não releva, de igual modo, para o limite da dívida total daquele ano.**

Nesta sequência cumpre esclarecer o seguinte:

- O reconhecimento do valor a subscrever para o FAM deverá ocorrer no ano 2014, ao nível da patrimonial. Para tal deverão recorrer às classificações sugeridas. Para os casos em que os municípios no ano 2014 tenham saldos apurados na classificação 268126, deverão assegurar que a mesma, no SIIAL, apenas reflita o montante inerente à contribuição do Município para o FAM, efetuando os procedimentos necessários para que esta condição se verifique. **É importante que internamente, nos planos de contas municipais, adotem os procedimentos tidos por convenientes para que esta conta seja exclusivamente utilizada para o montante inerente à contribuição para o capital do FAM;**
- Em caso de manifesta impossibilidade de efetuar o reconhecimento contabilístico no ano 2014, decorrente da conclusão dos procedimentos de encerramento de contas, os municípios deverão reconhecer o facto no anexo ao Relatório de Gestão, designado para o efeito como ***“Factos relevantes ocorridos após o Fecho de Contas”***. Este anexo deverá ser aprovado pelo órgão executivo e apreciado pelo órgão deliberativo, devendo ser dado conhecimento do mesmo às entidades fiscalizadoras (Inspeção-Geral de Finanças e Tribunal de Contas) e à Direção-Geral das Autarquias Locais;
- No que concerne à relevância deste passivo para a dívida, o mesmo é excluído do apuramento da mesma no ano 2015 por via do Orçamento do Estado para 2015, salientando-se que se adotará critério idêntico para os municípios que efetuaram o reconhecimento do passivo inerente à subscrição do capital do FAM no ano de 2014. Daqui decorre que esta interpretação só se aplicará aos registos relativos aos anos futuros caso continue a existir base legal para tal, uma vez que o Orçamento do Estado tem um período de validade correspondente ao ano civil. **O SIIAL será adequadamente parametrizado para excecionar o passivo inscrito na conta associada ao FAM, daí a importância da precisão do registo na conta 268126, uma vez que será esta a conta a ter em consideração para o excecionamento aquando do apuramento da dívida total;**
- Ao nível do reporte no Mapa do Endividamento, no SIIAL, recomenda-se que o registo seja efetuado pelo nível máximo de desagregação. Ainda relativamente ao registo das verbas associadas à contribuição do FAM, recorda-se que as mesmas devem ser

registadas de acordo com o nível de maturidade da mesma, isto é, deve ser efetuado o registo da contribuição correspondente a médio e longo prazo, ou seja, com exigibilidade superior a um ano, e ainda o registo da contribuição que será suportada no curto prazo, ou seja, exigível até um ano, de forma diferenciada;

- À medida que os municípios forem concretizando a subscrição do capital do FAM, o saldo da conta 268126 irá reduzir proporcionalmente ao valor subscrito, até ao ano 2021, ano em que o saldo nesta conta deverá ser nulo (salvo nas situações em que os municípios subscrevam antecipadamente o capital do FAM).

Abril, 2015

Entrada n.º 11052 rec.º
Data: 02/10/2014
O responsável

EXMO(A). SENHOR(A) _____
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
RIBEIRA GRANDE
LG. CONSELHEIRO ARTUR H. RIBEIRO
9600-509 RIBEIRA GRANDE

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

02 (02.02.01)-300 / DCAF

S-001615-2014 / 26-09-2014

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL.

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, estipula que o capital social do FAM é de €650.000.000, sendo que o n.º 2 dispõe que a contribuição dos municípios é de 50% desse valor, ou seja, €325.000.000.

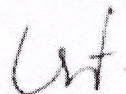
O n.º 3 do supra mencionado artigo apresenta a fórmula de imputação do valor da contribuição global, de €325.000.000, a cada município. Assim sendo, nos termos do disposto do n.º 4 do art.º 17.º vimos por este meio informar que a contribuição para o FAM do Município a que V. Exa. preside é de **€849.276,45**.

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que nos orçamentos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 deverá prever uma despesa com ativos financeiros de **€121.325,00**.

No orçamento de 2021 a despesa a prever com ativos financeiros será de **€121.326,45**.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral



Lucília Ferra

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o n.º do processo



Município da Ribeira Grande

Diário: Operações Diversas

Docum.: Correções relativas a exercícios anteriores

Ref.: FAM

Utiliz.: regina

Nº Lanç.: 38

Ano: 2015

Data: 23-04-2015

Conta	Valor a Débito	Valor a Crédito
4122	849.276,45	
268126		727.951,45
268126		121.325,00

